

## Turismo, Lazer e Violência Urbana: uma revisão bibliográfica

*Tourism, Leisure and Urban Violence: a bibliographic review*

*Turismo, Ocio y Violencia Urbana: una revisión bibliográfica*

Joicy Caroliny do Vale Ponath<sup>1</sup>

**Resumo** Este documento trata-se de uma revisão bibliográfica que busca realizar uma análise do ambiente urbano e sua relação com a violência, porém, não se trata de uma violência física ou moral, mas de uma agressão aos direitos de usufruto da cidade. A partir do prisma de uma cidade mínima, serão apontadas as perspectivas em que são violados o direito à cidade, como a moradia, o trabalho, a circulação e o lazer, e se tratando do lazer, este é apontado como uma alternativa do fenômeno turístico, na construção da mudança desse paradigma hegemônico regido pelo sistema capitalista na construção de geografias neoliberais.

**Palavras-chave:** Urbanismo; Violência; Turismo.

**Abstract** This document is a bibliographical review that seeks to carry out an analysis of the urban environment and its relation to violence, but it is not a question of physical or moral violence, but of an aggression to the rights of usufruct of the city. From the perspective of a minimum city, the perspectives in which the right to the city are violated, such as housing, work, circulation and leisure, will be pointed out, and when it comes to leisure, it is pointed out as an alternative to the phenomenon of tourism, in the construction of the change of this hegemonic paradigm governed by the capitalist system in the construction of neoliberal geographies.

**Keywords:** Urbanism; Violence; Tourism.

**Resumen** Este documento se trata de una revisión bibliográfica que busca realizar un análisis del ambiente urbano y su relación con la violencia, pero no se trata de una violencia física o moral, sino de una agresión a los derechos de usufructo de la ciudad. A partir del prisma de una ciudad mínima, se señalarán las perspectivas en que se violan el derecho a la ciudad, como la vivienda, el trabajo, la circulación y el ocio, y si se trata del ocio, éste es señalado como una alternativa del fenómeno turístico, en la construcción del cambio de ese paradigma hegemónico regido por el sistema capitalista en la construcción de geografías neoliberales.

**Palabras clave:** Urbanismo; La violencia; Turismo.

### INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras contemporâneas estão poluídas, sujas, desiguais, feias e violentas. Essa situação é resultado de uma evolução da modernização via capitalismo neoliberal, que em vez de colocar o mercado e a tecnologia ao serviço do nosso bem-estar, os colocou a serviço do enriquecimento de poucas famílias. O turismo tem sido a principal justificativa dos projetos de refuncionalização neoliberal de áreas urbanas. Assim, torna-se importante explicitar esse fenômeno e como ele interfere nas dinâmicas urbanas e consequentemente na vida das pessoas.

“A cidade deve ser vista como uma representação da consolidação humana” (CASTROGIOVANNI, 2000), que representa e contém toda uma diversidade dos indivíduos. Desde os processos de industrialização, encontramos-nos na chamada “sociedade urbana”

<sup>1</sup>Graduanda em Turismo pela Universidade de Brasília. E-mail: <https://orcid.org/0000-0002-2994-7607> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2994-7607>

(LEFEBVRE, 1999), em que “o valor de consumo do território inserido no espaço atende às tendências do mercado e nem sempre às necessidades sociais” (CASTROGIOVANNI, 2000).

A ascensão do pós-fordismo, caracterizado pela ideia de flexibilidade da produção, que contrapõe à produção em massa do fordismo, acarretou na diminuição da presença do Estado no que tange a garantia na intervenção da despesa pública, e consequentemente gerou uma abertura para intervenção da iniciativa privada (MENDES, 2017). No que concerne à urbanização de Lisboa, Mendes (2017) afirma que o “governo urbano orienta-se por um modelo gestor (gestão estratégica importada do meio empresarial)” e quando o setor empresarial assume a administração e desenvolvimento urbano, obviamente, irão atender aos seus interesses. O que significa, frente a um modelo neoliberal de desenvolvimento, tendências a privatizações, financeirização do mercado de habitações, mercantilização dos espaços de lazer, agravamento da segregação e fragmentação socioespacial, menos serviços para os cidadãos e menor investimento em equipamentos coletivos, gentrificação e a produção de um “urbanismo austeritário” (MENDES, 2017) e exclusivo.

Portanto, para o entendimento da situação urbana é preciso ter-se em mente que “no processo de urbanização e na reformulação das estruturas urbanas, sobretudo nas grandes cidades, é permitido falar de urbanização corporativa e de cidades corporativas” (SANTOS, 2013, p. 117), ou seja, na contemporaneidade, os destinos das cidades são determinados por corporações empresariais, as quais assumem o conjunto de interesses do capital. Contudo, isso prejudica o “jogo urbano”, “O que acontece em uma cidade pode ser comparado ao jogo de cartas. O jogo urbano se joga sobre um sítio determinado que é a sua ‘mesa’. Aí se juntam parceiros que se enfrentam segundo os grupos e filiações a que pertencem” (SANTOS, 1998).

As configurações do urbano se dão por meio de três agentes – governo, empresas e população –, porém o acesso a maiores informações por parte de uns, em detrimento de outros, gera um desequilíbrio, no que era para ter equidade. Isso beneficia interesses de determinados grupos, ignorando as regras do jogo, ou seja, como os componentes dessa estrutura deveriam agir. Essa analogia permite compreender as configurações urbanas contemporâneas, e como elas privilegiam certos grupos, geram desigualdades e ao mesmo tempo embaça o olhar para compreender as nuances e singularidades de uma cidade.

Em ciência dessa conjuntura, marcada por um urbanismo seletivo e que produz reformas urbanas que geram resultados mais negativos do que positivos, este artigo tem por objetivo dialogar acerca de como essa forma de urbanismo é uma violência aos cidadãos, que viola intrinsecamente direitos e necessidades. Além disso, as cidades são também, uma expressão da multiplicidade do espaço geográfico, por conseguinte, Castrogiovanni (2000, p. 24) afirma:

As instâncias móveis das cidades, ou seja, os fluxos, são importantes, pois são eles que dão vida aos fixos. Os turistas, papel que assumimos quando estamos em movimento no espaço, fazem parte dos fluxos. Eles não são meros observadores desse espetáculo de interações, mas parte dele. Os fluxos também interagem, formam resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstroem o aparentemente rígido cenário urbano.

Portanto, sabendo que o turismo, em primeiro lugar, é uma “experiência com sabor cultural” (WAINBERG, 2000), e que o “fenômeno turístico [...] é, em essência, fortemente visual [...], o primeiro choque cultural é por isso mesmo, urbanístico” (WEINBERG, 2000), e partindo da perspectiva de que a visão atual do cenário urbanístico gera uma série de violências, este trabalho explora a relação do turismo contemporâneo com a urbanização, que pode gerar fenômenos negativos, como a gentrificação turística, mas que por outro lado, pode viabilizar a ressignificação dos espaços urbanos, a partir de um entendimento mais rico do turismo, como vivência de lazer.

O objetivo deste artigo é explorar teoricamente as relações entre turismo urbano e violência na contemporaneidade. O trabalho é de natureza descritiva, visto que é relatado sobre o fenômeno do turismo e suas interfaces, juntamente a uma análise com a violência e a atuação do turismo como fator de modificação de processos sociais, em que o objetivo é contribuir na construção de uma nova visão sobre esse assunto, que é conhecido, mas que carece de revisões constantes, dada a atualização dos processos sociais e a dinamicidade do turismo na contemporaneidade. Existe uma extensa literatura de turismo, urbanismo e violência, mas a relação entre esses termos carece de aprofundamento, principalmente na contemporaneidade. Este artigo é um esforço teórico nesse sentido.

## **A CIDADE NEOLIBERAL E AS SUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS**

As cidades nascem como um local para troca, o que significa caracterizar uma essência econômica. Sendo “os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização a manifestação espacial do processo de acumulação de capital” (MENDES, 2017), é possível alegar que no espaço urbano está concentrado o capital e suas nuances, porém, isso não significa afirmar que a cidade é essencialmente composta dele e por ele, mas nela também pulsa diversidade cultural e questões sociais complexas. Esse ambiente construído, em diversos setores, gera produção, circulação, troca e consumo, e “representa a intervenção humana mais significativa e profunda sobre o ambiente” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017, p. 135). Ianni (2004) *apud* Moesch e Gastal (2007) afirma: “A cidade passa a ser um ‘Caleidoscópio de padrões, valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, etnias e raças’, ou seja, a cidade seria o território por excelência do exercício da diversidade.’ ”.

A cidade, como um organismo vivo, é composta por elementos dinâmicos, e faz-se necessária a compreensão de seus significados para melhor entendimento de seu funcionamento. Início com a consciência que “a cidade é uma fração do território usado” (STEINBERGER, 2009). Este diferencia-se de território da seguinte forma: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 1994 *apud* Steinberger, 2009, p. 42), o que implica a existência de fixos – sistemas de objetos como monumentos, estruturas físicas construídas pelo homem e elementos naturais – e fluxos – sistema de ações como as dinâmicas socioculturais e econômicas (SANTOS, 2013). As interações entre esses dois elementos caracterizam a configuração territorial. A apropriação do território para usos como a prática do turismo, por exemplo, gera a produção de espaços, sendo este dinâmico, composto por rugosidades (refuncionalização de formas do território), verticalidades (processos realizados de cima para baixo, ou seja, com hierarquia) e horizontalidades (processos que visam não sobrepor uns aos outros) (SANTOS, 2006), além de ser palco de relações sociais. Sendo assim, espaço geográfico pode ser considerado um sinônimo de território usado e compreender as relações de espaço dentro de um território é imprescindível para elaboração de uma visão sensível referente às situações urbanas.

“A cidade é o resultado de vários tipos de processos socioespaciais gerados pela complexa interação entre agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017, p. 139). No entanto, no tecido urbano, para além das questões socioculturais, a ordem das coisas é ditada pelo capital, gerando o ambiente da cidade-mercado. Harvey (1978, p. 118) afirma que o “ritmo é ditado em parte pelos ritmos de acumulação de capital e em parte pela vida física e econômica dos elementos dentro do ambiente construído”, logo, a literatura sugere a violência como resultado de desigualdades (SEN, 2006), sendo assim, é reflexo de problemas de cunho econômico e social. Ainda,

Na lógica dessa fragmentação e das transformações do cotidiano urbano, o lugar acaba por se tornar mercadoria, transformando o espaço, indispensável para a vida cotidiana, em um produto que se vende e se compra, na transmutação do valor de uso, em valor de troca, para cada espaço da cidade. Para Lefèbvre (2008, p. 83), “[...] tudo o que constitui a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto. (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017, p. 141)

Em nome de um preceito socioeconômico que visa a interferência mínima do Estado nas questões econômicas, ajustado aos interesses do capitalismo e que não é favorável a políticas de bem estar social – Liberalismo Neoclássico, geografias neoliberais são reproduzidas, transformando as cidades numa ferramenta para expelir seus princípios. “O capital representa-se na forma de uma paisagem física criada em sua própria imagem, criada como valores de uso para aprimorar acumulação progressiva de capital” (HARVEY, 1978), ou seja, grandes centros urbanos exibem a forma física do capital, com seus prédios altos e cinzas, deixando a cidade cinzenta; grande número de carros e poucas pessoas circulando nas ruas, deixando a cidade menos viva e conseqüentemente vulnerável a violência, pois a ausência de gente causa um vácuo para a violência; além de condomínios fechados, em que os muros distanciam as pessoas, cultivando o individualismo.

Na lógica do capital neoliberal, questões como privatizações são recorrentes e

Em uma época de cortes sustentados na esfera pública e ataques de fato em curso, politicamente focalizados contra os pobres e os marginais, como um empecilho à riqueza nacional, os ricos têm direcionado mudanças no tecido físico e no caráter político da cidade que geraram uma cidade com uma sensação qualitativamente diferente que afeta tanto os residentes de alta como de baixa renda em termos de seu sentimento de estar no lugar. (ATKINSON et al. 2017).

Por isso, “[a]s políticas de operações das cidades operam para ocultar possibilidades de ação, em que o dinheiro remodela os resultados sociais na cidade” (ATKINSON et al., 2017) e que de acordo com Bahia e Figueiredo (2017), essas remodelações ocorrem principalmente em quatro funções essenciais das cidades: moradia, trabalho, circulação e lazer, que são aspectos que regem a vida da maioria das pessoas e interagem entre si diariamente.

O processo de ocupação das cidades, que empurra os menos favorecidos economicamente para as periferias dos centros urbanos, na verdade se trata de uma questão de ocupação e uso do solo e, neste aspecto, a moradia é um fator altamente violado. Um dos movimentos de acesso à habitação se dá pelo processo de financeirização da moradia por meio de hipotecas, crédito financeiro subsidiado pelo governo e microfinanciamentos, gerando conseqüências como bolhas imobiliárias e famílias endividadas (ROLNIK, 2015). Essas medidas “facilitadoras” fazem-se presente nas políticas do sistema capitalista e das políticas urbanas atuais, contudo, por trás desse discurso de assistência está a derrubada de prédios antigos e construção de novos, gerando mais lucro para empreiteiras, especulação imobiliária, como já mencionado e impossibilidade de acesso para pessoas com menor poder aquisitivo. Ou seja, trata-se da transferência da responsabilidade de provisão da habitação do Estado para o mercado (ROLNIK, 2015), num processo em que a esfera pública assume os riscos, enquanto o setor privado somente beneficia-se dos lucros. Nas palavras de Atkinson *et al* (2017, p. 17),

Nessa configuração, o Estado é visto como ineficaz e as conseqüências das finanças globais e as necessidades dos mais ricos que são vistos como os salvadores da economia urbana. Essas negações de responsabilidade e poder, no fim, soam falsas, com o Estado agindo para produzir os meios (reformas de austeridade e bem-estar), instrumentos (um imposto em quartos para aqueles

que não ocupam totalmente as suas casas populares) e programas (demolição, interrupção de investimento de casas populares e permitir autoridades locais a ditar os novos programas de casas populares que estão fora de sincronia com as necessidades sociais), que permitem uma mais profunda exclusão da cidade. O efeito da rede nessas orientações de mercados está para lançar a cidade como um campo aberto para interesses do capital, de alguma forma gerando algumas partes de casas acessíveis enquanto os programas de austeridade planejados pelo estado exacerbam o senso de crise na cidade.

Para a lógica neoliberal, “[n]a ‘cidade empreendedora’, os governos locais agem como atores de negócios de redução de custos que administram suas cidades como empresas” (MENDES, 2017), ou seja, uma cidade desenvolvida é aquela que gera mais lucro e é competitiva, o que pode ocorrer por meio da atração de investimentos estrangeiros, amarrações dos fluxos de capital imobiliário, além da atração de visitantes, em que a partir desse último aspecto, o turismo faz-se presente no discurso do capital. Nesse quesito, a moradia torna-se um aspecto de grande visibilidade e extremamente ferida para aqueles que possuem baixo *status* socioeconômico. Rolnik (2015) *apud* Masson (2015) divide em dois os principais mecanismos nos processos globais de deslocamento populacional e despossessão:

- a) os grandes projetos de infraestrutura e renovação urbana por conta das reconstruções pós-desastres naturais e das preparações para sediar megaeventos;
- b) a exploração econômica em função da expansão das áreas de mineração, agronegócio, turismo, pesca e incorporação imobiliária.

A partir disso, verifica-se como o discurso do turismo é apropriado e utilizado a favor da manutenção do *status quo* nos projetos de reconfiguração e modificação da dinâmica urbana.

O arrendamento de casas e apartamentos, a demolição de prédios antigos para novas construções e o desalojamento residencial e comercial, são atividades que por meio da apropriação da visão do turismo como simples gerador de renda, transforma-se num mecanismo que legitima o discurso dominante, gerando o que Mendes (2017) define como a pior consequência da falta de planejamento urbano, a gentrificação.

Ainda sobre habitação urbana e turismo, é imperativo ressaltar a política de incentivo a aquisição de casas, fomentada pelo fácil acesso ao crédito barato, simultaneamente a construção em massa de casas nos subúrbios das cidades, e que levaram ao endividamento das famílias no período da crise econômica de 2008 a 2013. Devido a esse processo especulativo e a consequente geração de desemprego em razão da crise, medidas são tomadas, como a disponibilização dos apartamentos para alojamento turístico, “empurrando” os moradores locais para regiões periféricas das cidades, ou seja, a gentrificação turística como processo de geração de violência, em que o direito à cidade torna-se violado. Sobre gentrificação, Smith (1979) *apud* Mendes (2017) define gentrificação:

[...] se refere a um processo de aburguesamento de certos bairros e áreas da cidade com história de desinvestimento de capital e degradação urbanística. [...] Um fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia – e da própria e respectiva ideologia neoliberal e ordem simbólica subjacentes – dos espaços de habitat populares das áreas antigas centrais. É um processo de mudança urbana, no qual a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de gênese popular/tradicional atrai a fixação de novos moradores relativamente endinheirados, levando ao desalojamento e à expulsão de ex-residentes que não podem mais pagar o aumento dos custos de habitação que acompanham a regeneração urbana que o processo

comporta, culminando com um aprofundamento da segregação residencial e divisão social do espaço urbano.

Sendo a gentrificação uma questão política, que afeta a dinâmica do urbano, tanto quanto a geografia funcional de uma cidade, ela pode ser vista como reguladora da ordem capitalista (MENDES, 2017), e não se tratando somente das questões de moradia, bem como de acesso à cidade de modo geral, a gentrificação é geradora de turismo e vice-versa, por isso da utilização do termo gentrificação turística.

É imperativo ressaltar que “Enquanto as políticas habitacionais não forem efetivamente públicas, não serão produzidos ambientes urbanos mais justos, inclusivos e democráticos. Muito pelo contrário, será mantida uma perversa geografia da desigualdade” (MASSON, 2015).

Não se trata somente da posse de uma habitação, igualmente de localização, disponibilidade de serviços e infraestrutura. A partir disso, verifica-se como esses aspectos são negligenciados, quando a grande maioria das moradias se localizam nos arredores dos grandes centros, com déficit de serviços básicos, como saneamento básico, assistência médica, acesso à educação, segurança e espaços públicos de lazer, em que grande parte das vezes, esses serviços com qualidade, encontram-se nos centros das cidades. Outra questão ligada ao distanciamento das pessoas ao centro cosmopolita se dá pelo trabalho, que força os trabalhadores a se deslocarem diariamente da periferia para o centro das cidades, geralmente em condições precárias de trabalhos, ganhando salário mínimo, e fazendo trabalhos mais manuais/braçais, do que intelectuais (POCHMANN, 2012).

Falando em acesso aos centros urbanos de cidades brasileiras, a mobilidade é um ponto importante a ser tratado (BARROS, 2014). Primeiramente, o distanciamento se apresenta como um fator complicador. Em segundo lugar, os meios de acesso, que geralmente são através do transporte público, como trem (mais raro), metrô (que não cobre todas as áreas) e ônibus (mais utilizado), nem sempre oferecem o serviço necessário, com horários escassos, tarifas altas e veículos em mal estado. Ademais, a própria circulação dentro da cidade torna-se complicada, também pelos mesmos motivos e por um fator que é resultante da falta de um bom planejamento urbano, o trânsito.

Como mencionado, das quatro funções da cidade que foram apontadas, a última, mas não menos importante, trata do lazer.

Uma das realidades é que nem todos têm a possibilidade de acesso aos espaços públicos e aos equipamentos de lazer, seja por falta de condições econômicas, as quais limitam o próprio deslocamento para tal acesso, seja por falta de políticas públicas de lazer, ou ainda por deficiência no planejamento de uma cidade, por inexistência de uma política de animação sociocultural para os espaços e de uma democratização cultural (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017)

Os autores ainda complementam sobre o enclausuramento e o papel das mídias nesse processo:

O espaço público, cada vez mais, vem perdendo seu uso múltiplo/multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. Esse fato contribui para o “enclausuramento” das pessoas que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, em espaços e em equipamentos destinados a essa prática, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico. Mas esse processo de “enclausuramento” não se reduz apenas à falta de espaços públicos para o lazer, à dificuldade de acesso a essas áreas, à falta de políticas de lazer para os espaços e equipamentos, à falta de divulgação desses espaços, à violência das cidades. Tudo isso também contribui para que a população tenha espaços restritos de lazer. Na verdade, como afirmam Melo e Peres (2004, p. 4), “[...] há

uma construção simbólica que transforma o enclausuramento em algo valorizado. Elabora-se, assim, uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais [...]’ (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017).

O enclausuramento contribui para ações privadas, pois sem o uso do que é público, à uma desvalorização e, portanto, abandono, incentivando a produção de locais privados, que excluem pessoas de baixa renda. Conseqüentemente a esse enclausuramento, equipamentos tecnológicos como televisão e internet tornam-se mediadores da realidade, o que na realidade fazem é mostrar a violência (que inclusive, tem como uma de suas causas a não-ocupação dos lugares), o que estimula as pessoas a se manterem aprisionadas em seus lares e cria uma espécie de alienação quanto a realidade das coisas, limitando o contato com o externo a esses meios, tornando as cidades mais frias, solitárias e individualistas. A quem se beneficie da violência urbana, como montadoras de carros, empresas de segurança e de construções, *shoppings* e grandes empresas, assim a TV e o neoliberalismo estabelecem uma ligação, sendo a exposição da violência uma ferramenta que contribui para o consumo de produtos ofertados por meios privados, como alternativa para uma maior seguridade.

### ***A Contribuição do Turismo para uma Cidade Melhor***

Lefévre (2001, p. 22-23) *apud* Bahia (2017),

A vida urbana pressupõe a existência de alguns elementos essenciais, que se traduzem nos [...] encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade’. Nesse sentido, o espaço urbano não pode ser visto como uma mercadoria ou *locus* de fragmentação, pois é o lugar da reprodução das relações sociais, incluindo-se nessa lógica o espaço urbano, os espaços de lazer, os espaços educativos e os espaços da vida cotidiana de uma sociedade.

Entretanto, regido pelo lastro neoliberal, por isso fundamentado na promoção do mercado, o cidadão é substituído por um consumidor, gerando uma cidade mínima.

Essa cidade mínima é, portanto, um espaço no qual os investimentos destinados a fornecer formas de seguro social, provisão coletiva, domínio público vital, socialdemocracia e inclusão são aparentemente evitados tanto por aqueles que não veem alternativa, como por aqueles diretamente inscritos ou que foram cooptados pelos ritmos e projetos de investimento de capital internacional. (ATKINSON *et al.* 2017)

Após essa explanação, fica claro como o acesso à cidade e seu usufruto são agredidos e personaliza-se como uma violência à cidadania, tanto na moradia, ofício, transitabilidade e lazer. Nessa ótica, o “Direito à Cidade”, fundamentado como um direito primordial, “estabelecido como princípios de cidadania e de dignidade da ‘pessoa humana’ ” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017), na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos, realizada em Istambul, em junho de 1996, é prejudicado, evidenciando um ataque à condição de cidadão, que “Sob o ponto de vista da diversidade, a cidadania passaria a ser vista como um conjunto de práticas culturais, simbólicas e econômicas, vinculadas a uma gama de direitos e deveres (civis, políticos, sociais e culturais), que definem a adesão de pessoas a uma determinada política” (MOESCH e GASTAL, 2007), e que por decorrência alimenta as desigualdades e gera um esvaziamento social das cidades.

Segundo Moesch e Gastal (2007) o estranhamento seria o ressignificar, o confronto com o novo nas práticas, ambientes e com pessoas, gerando um re-olhar sobre o lugar que se visita. Todavia, mesmo que pareça se tratar somente do turista, as autoras enfatizam como essa abordagem pode e deve ocorrer dentro da própria cidade ou mesmo em um bairro vizinho, alterando a visão e as questões urbanas como um todo. É nesse ângulo que o turismo entra em cena.

O discurso imprimido pelos produtores de geografias neoliberais, em geral, terminam afirmando benefícios a população, isso porque o turismo, visto pelo prisma do capitalismo neoliberal contemporâneo, é um gerador de renda e isso, segundo essa ideologia, significa qualidade de vida, já que está intimamente ligada ao econômico. Entretanto, o turismo não deve ser desenvolvido sobre a ótica da expansão de riqueza e renda apenas, tampouco ser desenvolvido pela perspectiva de uma indústria (FAZITO *et al.*, 2017), pois a função primordial do fenômeno não é gerar receita, mas lazer. Após os “males” apontados o qual o turismo atualmente vem sendo utilizado como uma ferramenta, trago outra visão, que difere da qual o turismo é massivamente e rentavelmente utilizado, que pode contribuir para uma dinâmica urbana menos desigual e que tem os espaços de lazer como fonte para os processos de mudanças.

Essa forma crítica de ver o turismo, enxerga o fenômeno menos como percurso no espaço, mas com ênfase nas vivências e experiências, onde “Deslocar-se significa sair das rotinas espaciais e temporais, como já colocado, e viver o estranhamento causado pela nova situação” (MOESCH e GASTAL, 2007). Esse estranhamento deve ser causado dentro da própria cidade, redefinindo os movimentos urbanos, no qual os espaços públicos de lazer possuem um papel importante no desenvolvimento do pertencer a cidade e o turismo, se utilizando do lazer, pode contribuir para mudanças de paradigmas, conduzindo a uma nova ordem social.

De acordo com a Constituição de 1988, o poder público deverá incentivar o lazer como forma de promoção social. “Atualmente, a manifestação do lazer é uma característica fundamental na vida urbana, no cotidiano das pessoas e em seu tempo disponível nas cidades. Isso significa dizer que, para que se tenham elementos para a gestão do lazer vivenciado nas cidades, é necessário se compreender a dinâmica das cidades e dos espaços públicos de lazer.” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017).

Por isso, há necessidade de estabelecimento de políticas urbanas voltadas à questão da função social das cidades e do verdadeiro “direito à cidade”. Dentre tais políticas, destaca-se a questão da manutenção de espaços públicos para a possibilidade de vivência do lazer, procurando, de um lado, acabar com o movimento especulativo em torno dos novos empreendimentos mercadológicos e, de outro, ampliar as possibilidades de lazer acessíveis ao conjunto da população. (MOESCH e GASTAL, 2007)

O espaço público “Caracteriza-se por ser um produto das relações das pessoas com o local, por ser simbólico, por ser um local de reprodução de diferentes ideias de cultura, ‘[...] da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.’ (SERPA, 2009, p. 9).” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017), além disso pode ser percebido com dupla função: “ao mesmo tempo em que proporcionam lazer aos moradores, podem ser vistos como uma pequena amostra cultural do que determinada sociedade possui, atraindo os visitantes que querem conhecer o que pode ser classificado como típico do lugar.” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017).

Logo, o valor do turismo decorre da sua capacidade de transformação e desenvolvimento social, sendo capaz de gerar bem-estar, educação patrimonial - visto a habilidade pedagógica que o lazer pode se apropriar e que prova que o turismo pode ser



utilizado como uma ferramenta para educação -, qualidade física e mental, valorização do arcabouço histórico - “Os espaços preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Além disso, preservando a identidade dos locais, pode-se manter, e até mesmo aumentar o seu potencial turístico” (MARCELLINO, 2006) -, e permitir o usufruto dos lugares, o que significa dizer que democratizar o lazer é democratizar o espaço (MARCELLINO, 2006) e isso é uma das coisas mais ricas e estruturais na construção de uma sociedade com menos desigualdades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho, inicialmente, propõe-se a discorrer sobre o urbanismo contemporâneo e como sua atuação gera violências de caráter cidadão aos seus moradores, que por meio da lente do turismo, fenômeno social que permeia esse ambiente e por isso mesmo, é gerador de transformações e elemento ativo nas interferências dos processos vividos nesse meio, pode-se realizar uma análise em vários âmbitos, incluindo a perspectiva do lazer, que de início, foi apontado como norteador para uma nova urbanização.

Tendo isso por base, concluiu-se que o sistema neoliberal capitalista é quem dita as regras dos processos e permeia todos os ambientes do urbano, assim, a moradia, o trabalho, a circulação e o lazer, focados no artigo como elementos importantes dos centros urbanos, são fundamentalmente atacados e corrompidos, quanto a um direito vital para todo e qualquer cidadão. Nesse aspecto, se estabelece que o turismo não é a cura para todos os males, pois ele mesmo, por meio do turismo de massa, pode gerar uma gentrificação turística, que dar-se quando o sistema neoliberal, à frente do processo turístico, utiliza-se desse para obter lucratividade, ignorando as relações e consequências do processo, que foca somente no ter e não no ser, ou seja, nas coisas em vez das pessoas, concebendo um espaço chamado cidade mínima, que concede privilégios a uns, ao mesmo tempo que fere os direitos de outros.

Todavia, é notório que o turismo quando entendido como instrumento social e não uma indústria geradora de renda, é capaz de metamorfosear o contexto de uma cidade que funciona como uma engrenagem, para uma cidade com ritmo mais lento, em que as pessoas circulam pelas ruas e calçadas, convivam e tenham acesso a tudo que é passível de usufruto, onde os espaços de lazer urbanos apresentam-se como uma ferramenta potencial do turismo, passível de alterar a realidades atuais das cidades. A partir disso, por meio desta pesquisa, estabeleceu-se a relação entre urbanismo, violência e turismo, em que a partir da análise literária, sobretudo de contextos modernos, é possível enxergar que o espaço urbano, rico em diversidade e com potencial para um ambiente de qualidade e bem estar para todos, mas que é regido por princípios individuais e mínimos, produz uma violência sutil, que não física, mas que está incrustada nos âmbitos das cidades, e que como já apontado pela literatura, pode reverter esse contextos, não totalmente, mas como um início ou um aspecto para tanto, por vias de espaços de lazer e da prática do lazer, que reforcem o usufruto do ambiente urbano.

Por isso, objetivando o estudo do urbano, pode-se compreender como o fenômeno turístico pode colaborar no processo de transformação desses espaços em ambientes mais igualitários. Obviamente, como é passível de toda pesquisa, esta, carece de um maior aprofundamento, que poderá ser desenvolvido com a escolha de um objeto específico para análise, como uma cidade focal, além de inserir dados quantitativos, para obter uma análise mais completa, diferentemente do cerne deste artigo, que se resumiu a uma revisão bibliográfica. Logo, as contribuições deste trabalho estão no campo do saber turístico e das dinâmicas urbanas.

## Referências

- Atkinson, R.; Burrows, R.; Glucksberg, L.; Kei ho, H.; Knowles, C.; Rhodes, D. (2017). *Minimum City? The deeper impacts of the 'super-rich' on urban life*. In: FORREST, R.; WISSINK, B. e KOH, S. Y. (eds.). *Cities and the superrich: real estate, elite practices and urban political economies*. Londres, Palgrave.
- Bahia, M. C.; Figueiredo, S. L. (2017). O Direito à Cidade: Reflexões sobre Espaço Público e lazer. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C., 1. ed., Cap. 8. *Gestão Estratégica das Experiências de Lazer* (pp. 135-150). Curitiba: Appris.
- Barros, A. P. B. G. (2014). *Diz-me como andas que te direi onde estás: inserção do aspecto relacional na análise da mobilidade urbana para o pedestre* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Castrogiovanni, A. C. (2013). Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 5(3), 381-389. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/14414/turismo--organizacao-e-reconstrucao-do-espaco-u--->.
- Figueiredo, S. J. L. (Ed.) (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano. *Papers do Naea*, v. 372.
- Gastal, S.; Moesch, M. (2007). *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Harvey, D. (1978). *The urban process under capitalism, A Framework for Analysis*. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 2, pp. 101-131.
- Lefebvre, H. (1999). *Da Cidade a Sociedade Urbana*. In: *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Marcellino, N. C. (2006). O espaço urbano. In: *Estudos de Lazer: Uma Introdução* (pp. 25-33). Campinas: Autores Associados.
- Masson, M. (2017). Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças (Resenha de Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças, de Raquel Rolnik). *Revista Prumo*, [S.l.], v. 2, n. 3. Doi: <http://dx.doi.org/10.24168/revistaprumo.v2i3.407>.
- Mendes, L. (2017). Gentrificação Turística em Lisboa: Neoliberalismo, Financeirização e Urbanismo Austeritário em Tempos de Pós-crise Capitalista 2008-2009. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 479-512. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>.
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

Santos, M. (2013). "A Evolução recente da População Urbana, Agrícola e Rural", "O Meio Técnico-científico" e "A Urbanização e a Cidade Corporativa". In: A Urbanização Brasileira. 5. Ed., 3 reimp., (pp. 29-34/ 35-48/ 99-116) – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2006). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, C. N. F. (1998). A cidade como um jogo de cartas. São Paulo: Projeto Editores.

Sen, A. (2006). *Identity & Violence: the illusion of destiny*. London: Penguin Books.

Steinberger, M. (2009). Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE Editora.

Wainberg, J. (2000). Cidades como sites de excitação turística. In: Turismo urbano / Antonio Carlos Castrogiovanni (org.). São Paulo: Contexto.

**Recebido em: 29/06/2019 - Aprovado em: 09/07/2019**